

Já desde longa data as provas de Línguas Estrangeiras – Espanhol, Francês e Inglês – dos exames do Vestibular Estadual buscam privilegiar um tipo de conhecimento não centrado na memorização de nomenclaturas gramaticais usualmente encontradas em manuais de ensino de línguas. Isso porque não se pretende avaliar se o candidato acumulou um saber de ordem metalinguística que lhe permita falar a respeito da língua estrangeira que escolheu, explicando as regras de funcionamento do código linguístico, mas sim verificar o uso que dela é capaz de fazer.

Muito se tem falado a respeito do ensino de língua estrangeira na escola. O que hegemonicamente vem sendo apresentado como objetivo de tal modalidade de ensino é a leitura de textos. E não faltam argumentos de diferentes ordens para justificar essa escolha: os mais “nobres” buscam seus fundamentos em pesquisas acadêmicas; os basicamente “pragmáticos” encontram sua justificativa na realidade que aguarda os alunos nas escolas. Dentre os primeiros encontram-se todas as boas razões que apontam para a relevância de um trabalho de leitura de textos – afinal, quem seria contra garantir ao aluno uma proficiência na leitura de diferentes gêneros textuais? Quanto às razões pragmáticas, sempre se retorna à ideia de que a língua estrangeira hoje é cobrada ao aluno apenas no plano da compreensão de textos, e isso tanto por ocasião do Vestibular, quanto nas provas de seleção dos cursos de pós-graduação. Além disso, dizem os documentos oficiais concernentes à legislação sobre o tema que a leitura é a habilidade mais adequada às características da escola, tendo em vista, dentre outras razões, o elevado número de alunos por turma e a reduzida carga horária semanal dispensada aos estudos de línguas. Razões que, ao contrário do que fazem supor, se distanciam do que seria razoável e que comprometem o sucesso do mencionado projeto de proficiência.

A tudo isso, acrescenta-se ainda a posição daqueles que não reconhecem a importância das disciplinas de Língua Estrangeira e apontam para a sua quase inutilidade em tempos como os de hoje, quando uma maioria de obras estrangeiras já se encontra traduzida. Numa mesma direção que desvaloriza tal modalidade de ensino, dispositivos legais entendem ser possível reduzir o debate da importância do estudo de Língua Estrangeira à mera definição de uma língua a figurar nos currículos de todo o país, como é o caso do que se lê no parágrafo 4º do Artigo 3º da Lei 13.415 de 16/02/2017, que institui a obrigatoriedade do inglês como língua estrangeira nos currículos do ensino médio.

Um rápido olhar lançado sobre as provas de Língua Estrangeira dos exames do Vestibular Estadual dará a impressão de confirmar a ênfase nos objetivos relativos à atividade de leitura. Porém, uma análise mais minuciosa poderá mostrar que a situação não é tão simples assim e que o reconhecimento da importância de um trabalho de leitura não implica o esquecimento das demais habilidades. Não se trata, na realidade, apenas de um quantitativo de habilidades que precisam se somar no ensino de uma língua estrangeira. O fato é que trabalhar uma habilidade implica necessariamente um diálogo com as demais e, desse modo, ou se trabalha o conjunto de possibilidades que se abrem com o ensino de línguas, ou não se trabalha absolutamente nada. Buscarei justificar a seguir o ponto de vista que defendo.

Em primeiro lugar, entendo que não há como investir em um trabalho de leitura sem que se desenvolva simultaneamente uma prática de trocas verbais com o grupo de aprendizes. De que outro modo, afinal, poderíamos chegar à possibilidade de ler um texto, senão problematizando, debatendo previamente o tópico referente ao material a ser lido? Ou será que simplesmente lemos como quem pratica uma ação intransitiva, sem delimitarmos um problema a construir, uma tese a sustentar, uma dúvida a esclarecer?

Se estamos de acordo sobre a necessidade de um trabalho oral a se realizar em sala, mesmo se a opção é a ênfase nas atividades de leitura, isso já exclui, portanto, a ideia de trabalharmos com turmas superlotadas. E mais: esse trabalho oral poderá ganhar em qualidade e em eficácia se puder ser realizado, ao menos parcialmente, na própria língua estrangeira. Darei apenas um exemplo dos efeitos resultantes de uma prática de trabalho oral, a ser realizado em um ritmo e em condições que respeitem a singularidade de cada coletivo de trabalho, de cada encontro entre professor e grupo de alunos. No Exame Discursivo de Espanhol do Vestibular Estadual 2015, solicitava-se ao candidato, na questão 5, que retirasse do texto as três palavras que descreviam o modo como uma personagem acolhia a protagonista da história:

05

volviedo los ojos, descubrió mi cabeza que pasaba la puerta. Al punto, sorprendida y sonriente, me gritó cariñosa desde su mesa: (ℓ. 8-10)

Segundo a narradora, seu primeiro encontro com Mamá Blanca aconteceu quando ainda era criança.

Indique o que motivou a ida da menina à casa de Mamá Blanca pela primeira vez e retire, do trecho citado, as três palavras, em espanhol, que descrevem como a senhora a recepcionou.

Uma das palavras esperadas era “cariñosa”. Um aluno minimamente acostumado à produção de enunciados em língua espanhola levaria vantagem sobre aqueles que não estivessem habituados a tal prática pelo fato de reconhecer o valor do grafema “ñ”, conhecimento que o levaria mais rapidamente a relacionar a palavra em língua estrangeira ao português “carinhosa”. Exemplos do mesmo tipo em questões de francês e inglês poderão ser localizados na página da Revista Eletrônica do Vestibular Estadual, onde todas as provas são reproduzidas e comentadas.

Se meu primeiro argumento para um trabalho bem-sucedido de leitura foi a importância de se desenvolverem paralelamente atividades orais, acrescento agora a contribuição que poderá resultar de um trabalho voltado para a produção escrita. Cito, a esse respeito, a questão 20 do 2º Exame de Qualificação de 2014 de Inglês, na qual se solicita que o candidato assinale a alternativa em que se reúnem adequadamente duas frases em um único enunciado, devendo ser feita uma escolha entre quatro conectores: “therefore”, “as long as”, “because” e “even though”:

QUESTÃO**20**

At first sight, it appears to be a samba about a lover's quarrel. Actually, it was a sharp critique of the authoritarian regime (ℓ. 27-28)

If the two sentences above are rewritten as one, the result is:

- (A) It appears to be a samba about a lover's quarrel, therefore it was a sharp critique of the authoritarian regime.
- (B) As long as it appears to be a samba about a lover's quarrel, it was a sharp critique of the authoritarian regime.
- (C) It appears to be a samba about a lover's quarrel, because it was a sharp critique of the authoritarian regime.
- (D) Even though it appears to be a samba about a lover's quarrel, it was a sharp critique of the authoritarian regime.

Estou convencido de que o êxito nas atividades de leitura de textos em língua estrangeira terá maiores chances de se produzir caso não se dispense algum tipo de atividade com foco no trabalho oral e na produção escrita. Como justificativa da posição que assumo, passo a explicitar o que espero do trabalho com uma língua estrangeira e de que modo entendo sua presença nas provas do Vestibular Estadual. Para atingir tal objetivo, recorro à lição deixada por dois pensadores, um escritor e um linguista, que ajudarão a elucidar a questão que ora se coloca.

Início identificando o escritor a que faço menção, Wolfgang von Goethe, e retomo um pensamento seu presente em *Máximas e Reflexões*, obra publicada em 1833, o qual servirá de ponto de apoio para a ideia que defendo: “Quem não conhece línguas estrangeiras nada sabe da própria”. Uma reflexão que coloca em cena a noção de plurilinguismo compartilhada por diversos centros de linguística aplicada na contemporaneidade e que, por seu estreito vínculo com a ideia de alteridade, parece funcionar como réplica irrefutável aos que só entendem o estudo de uma língua estrangeira pelo viés de sua funcionalidade imediata. Eis o que considero ser um primeiro fio condutor do modo como são construídas as provas de Língua Estrangeira do Vestibular Estadual – e, por extensão, do trabalho a ser previamente desenvolvido em sala de aula: um dado saber só ganha legitimidade por intermédio de sua confrontação com um outro que lhe seja comparável.

De que modo a ideia de alteridade ganha corpo nas provas de Vestibular? Uma breve exemplificação deverá ser suficiente para responder à pergunta. São frequentes as questões que se centram não no significado de uma dada unidade linguística, mas sim no duplo valor que uma mesma unidade – um conector, um pronome, um tempo verbal, etc. – é capaz de adquirir. Ilustram tal perspectiva as questões 8 Espanhol, 3 Francês e 7 Inglês do Exame Discursivo de 2017. Outra modalidade de questão que investe na ideia de alteridade pode ser encontrada naquelas que exploram a alternância de línguas,

a exemplo da tradução de um trecho, como se verifica no 2º Exame de Qualificação de 2014, nas questões 18, de Francês, e 21, de Inglês. Esse mesmo princípio de alteridade também se manifesta nas relações de intertextualidade que, mais recentemente, vêm presidindo à confrontação de dois textos – um, em português, e outro, em língua estrangeira – nos Exames de Qualificação.

A segunda voz que retomo para desenvolver minha argumentação é a de Roman Jakobson, linguista moscovita que, em artigo intitulado *Aspectos linguísticos da tradução*, publicado em 1963, declarou que “as línguas diferem essencialmente naquilo que devem expressar, e não naquilo que podem expressar”. Eis, desse modo, uma segunda reflexão para fundamentar o modo como concebo a noção de Língua Estrangeira subjacente às provas do Vestibular Estadual e sobre a qual se discorre adiante.

O poder de expressão de uma língua sempre intrigou o homem. No caso da língua portuguesa, ouvimos desde sempre que somente nela existiria uma palavra como “saudade”, e em nenhuma outra. Ou seja, muitos creem que só se pode dizer “saudade” em português. É bem possível que o leque de possibilidades semânticas compreendidas na palavra “saudade”, a saber, “desejo melancólico ou nostálgico por uma pessoa, lugar ou coisas, que estão longe, quer no espaço, quer no tempo”, exista desse modo apenas em português. O que não impedirá que em qualquer outra língua se consiga expressar diferentes tipos de “saudade” que sejam pertinentes em dado contexto. O mesmo poderia ser dito acerca de um verbo como “desbundar”, formação que também parece ser exclusiva do português para significar “um certo modo de perder as inibições e, simplesmente, entrar em modo de diversão”.

O fato é que, se achamos muito singular a presença dessas palavras em nossa língua, é preciso que saibamos que singularidades outras também habitam as demais línguas. A título de curiosidade, fiz contato recentemente com um site português muito pródigo em vocábulos que se demarcam pela excentricidade dos conceitos que exprimem. Vejamos, por exemplo, o caso da palavra “mbuki-mvuki”, de uma língua do grupo africano bantu, que significa algo como “ter uma vontade irresistível de tirar a roupa enquanto se dança”; ou então da palavra “kilig”, termo filipino cujo significado remete à “sensação nervosa e vibrante que sentimos quando conversamos com uma pessoa de quem gostamos”. Um último exemplo deverá ser suficiente: a palavra “uitwaaien”, do holandês, para indicar “o efeito revitalizante de fazer uma caminhada ao vento”. Todas são, com certeza, palavras bem específicas em seus significados e, por isso, dificilmente haverá equivalentes perfeitos em outras línguas. O que não significa que, em outras línguas, não possamos “expressar esses significados”, recorrendo, por exemplo, a paráfrases que reconstruam o conjunto de ideias articuladas em cada um desses conceitos. Afinal, foi o que tentamos fazer por meio das descrições que oferecemos para cada uma delas em português, não é mesmo? É por essa razão que dizíamos acima que, entre o poder e o dever expressar um determinado conceito, interessa-nos muito mais o que uma língua deve necessariamente expressar, ou seja, aquilo que ela não pode deixar de expressar. Na realidade, este deveria ser o foco de interesse para o estudante: o que é que minha língua me obriga a expressar? Em outras palavras, que categorias estão nela irremediavelmente presentes?

Alguns exemplos da ideia acima exposta: não é possível produzir enunciados em português sem se marcar se um determinado objeto é visto como definido ou indefinido. Tal categoria é marcada, por exemplo, pelos artigos (definido e indefinido). Ainda um exemplo: em português, as formas verbais acumulam diversas informações que se organizam linearmente, como, por exemplo, em “viajaremos”: *v*iaj (núcleo do significado do verbo, ou radical) + *a* (marca de verbos da 1ª conjugação) + *re* (marca de tempo e modo, a saber, futuro do indicativo) + *mos* (marca de pessoa e número, a saber, 1ª pessoa do plural). Linguistas conferem a esses diferentes tipos de marcas o nome de morfemas. Uma mesma diversidade de morfemas para indicar o radical, o tempo e o modo, a pessoa e o número pode ser recuperada nos verbos do francês e do espanhol, mas não nos do inglês: formas verbais como “[I/you/we/they] telephone” e “[he/she] telephones” se distinguem pela única marca que as diferencia, a saber, o morfema *-s*, que indica 3ª pessoa do singular.

Se digo que, nas provas do Vestibular Estadual, o maior interesse incide sobre o que as línguas devem necessariamente expressar, é porque é o conjunto de morfemas nelas presente que permite sua existência. E esse funcionamento das línguas com base em morfemas é um mecanismo que garante uma extrema economia de recursos para o falante. Para avaliar a “economia de memória” que fazemos graças à existência dos morfemas, imagine uma língua que, como o inglês, também dispusesse de uma marca verbal de 3ª pessoa do singular, mas que, diferentemente do inglês, não utilizasse a mesma forma linguística (isto é, o mesmo morfema) para todos os verbos, devendo “inventar” um morfema de 3ª pessoa do singular para cada um de seus verbos. Difícil dizer quanto tempo levaria um humano para aprender tal língua, supondo-se, é claro, que algum dia chegaria a aprendê-la!

Acreditando haver justificado o interesse por questões voltadas para aquilo que as línguas devem necessariamente expressar, ou seja, para a função dos morfemas nas provas do Vestibular Estadual, acrescento rapidamente que, por óbvio, é certa a presença de outros mecanismos que fazem a singularidade de cada língua. Refiro-me aqui aos mecanismos de ordem sintática, que dizem respeito às conexões estabelecidas entre os diferentes componentes de um enunciado. Tais mecanismos também estão muito presentes nas provas de Língua Estrangeira, a exemplo das questões voltadas para o valor de um dado conector lógico, ou então daquelas que buscam explicitar a relação que se estabelece entre pronomes e seus referentes.

A prioridade concedida a tais tópicos nas cobranças feitas nessas provas tem por objetivo evitar um trabalho centrado em nomenclaturas gramaticais para classificação dos fenômenos linguísticos. A título de exemplo, cito a questão de número 20 do 1º Exame de Qualificação de Francês do ano de 2014:

QUESTÃO

20

Au siècle dernier, à cet âge-là on était vieux (l. 19)

L' expression soulignée correspond au XX^e siècle car le texte a été publié en 2001.

La référence de temps qui **ne** dépend **pas** du moment de parution du texte est:

- (A) aujourd'hui (l. 17)
- (B) de nos jours (l. 19)
- (C) En 2040 (l. 25)
- (D) il y a deux mille ans (l. 35)

Como se pode observar, o conteúdo da questão é precisamente o das relações de ordem dêitica – nomenclatura não presente na formulação da questão por não ser considerada tão familiar assim ao estudante de ensino médio, ainda que faça parte dos conteúdos programáticos divulgados pela Uerj. Há ocasiões em que, sendo necessária a menção a algum termo técnico, procede-se a uma breve explicação do conceito sobre o qual se baseia a questão. Este é o caso da questão 19 do 1º Exame de Qualificação de Espanhol, de 2015, introduzida por uma rápida definição do que seja a anáfora:

19

QUESTÃO

En la cohesión textual, se llama anáfora al procedimiento de utilizarse un término para referirse a algo ya enunciado.

Se puede identificar la anáfora en el siguiente ejemplo:

- (A) Desde esta fecha hasta 2016, (l. 13-14)
- (B) Pero nada de eso sucedió. (l. 22)
- (C) Pero vale esta pregunta: (l. 26-27)
- (D) lo resumió con este titular: (l. 31)

Casos há, ainda, em que o candidato encontrará na própria questão uma “dica” de como chegar com mais segurança à resposta correta. Este é o caso da questão 9 do Exame Discursivo de Inglês de 2015, que, ao solicitar o sentido de uma expressão idiomática, informa que tal sentido está relacionado com o referente da forma pronominal “this”:

09

This cut me to the quick. (l. 25)

O significado da expressão idiomática sublinhada está relacionado com o referente do pronome **this**.

Identifique a qual fato se refere o pronome. A partir daí, traduza a frase acima.

Por todo o exposto, deve ficar claro que, para além do pragmatismo que sustenta os esforços de construção de um processo de seleção competente e sempre inovador, esforços que se equiparam aos do candidato desejoso de “passar no vestibular”, o que ganha relevância nas provas de Língua Estrangeira é uma tríplice aposta: 1) garantir a possibilidade de múltiplas leituras do mundo em que vivemos; 2) intervir na construção de nosso espaço-tempo de atuação; 3) reconhecer marcas de subjetividade nas experiências de que participamos frente à produção de conhecimento. De que modo pretendemos alcançar esses objetivos? Bem, a adoção de procedimentos que invistam na ideia de alteridade sempre me pareceu um caminho promissor. Acreditamos que, se desde sempre nos preparamos para assumir pontos de vista não excludentes do outro, ou se conseguimos admitir uma diversidade de efeitos de sentido diante de um enunciado, isso conduzirá a uma atitude de respeito e de escuta frente a nossos eventuais interlocutores. O que significará a afirmação de um compromisso ético-político que nos prepara para os embates de valores e para nosso compromisso com uma determinada qualidade de social que estaremos ajudando a construir. Só assim o exame do Vestibular Estadual poderá significar não uma mera promessa de futura vida acadêmica, mas já, de pleno direito, o exercício de uma primeira etapa de boa convivência universitária, tal como a idealizamos em um espaço público vocacionado para o debate democrático.

SOBRE O AUTOR

Décio Rocha, Prof. Titular; Instituto de Letras / UERJ.